

(Abertura) PodCRESS, o podcast do CRESS Rio de Janeiro. Em Pauta temas transversais ao Serviço Social. Nesta edição a assistente social Dandara Honorato, fala sobre visibilidade lésbica, políticas públicas e o exercício profissional de assistente social.

(Dandara) Olá meu nome é Dandara Pinheiro Honorato. Sou assistente social, atualmente trabalho no CREAS de Iguaba Grande. Sou mestranda da PUC-RIO, licenciada em Ciências Sociais pelo UFRJ.

Quero agradecer a oportunidade de falar sobre lesbianidade aqui no PODCRESS, por ser um tema tão importante para mim. Primeiro pela minha vivência como mulher negra lésbica, segundo por ser uma profissional assumidamente lésbica. Atualmente faço parte da Articulação Brasileira de Lésbicas e do Grupo de Mulheres Filipa de Souza. Embora já tenhamos passado o mês da visibilidade lésbica, acredito que são temas que devem estar presentes no nosso cotidiano e fazemos um esforço para falar sobre isso nos debates durante o ano inteiro. Porque falar sobre visibilidade lésbica é falar sobre cidadania, sobre democracia, porque em tempos tão difíceis de ódio ao diferente é preciso brigar e insistir é que sejamos visíveis e sem visibilidade lésbica não há cidadania e muito menos políticas públicas. E por que eu digo isso? Porque uma política social que não contemple a diversidade humana não pode ser chamada de política pública.

Agora em setembro é o mês da visibilidade bissexual e é muito importante que a gente olhe para essa população tão inviabilizada e estigmatizada que são as pessoas bissexuais. E por que que esses assuntos não podem ser secundários na nossa prática profissional?

Porque a gente só pode intervir sobre a realidade que a gente conhece. Não apenas intervir, mas propor transformar a realidade que está posta, pensar em ações, construir políticas públicas ... E para que isso se efetive a gente precisa ouvir, estar atento às mulheres lésbicas.

Muita gente me questiona, e é um questionamento que outras lésbicas devem ouvir por aí: mas você precisa dizer que é lésbica? Que diferença faz, se você é sapatão ou não? É aí que entra visibilidade. Vamos pensar que o sistema capitalista tem no modelo da família nuclear burguesa a base da reprodução da vida social. Qualquer configuração familiar que fuja essa lógica do modelo de pai, mãe, filhos é uma ameaça a essa ordem capitalista

Por isso que é a extrema direita tem se sustentado num tripé: Deus, pátria e família. Quando a gente ouve falar em defesa da família, não é sobre qualquer família que a extrema direita está falando, é dessa família em que a mulher está sujeita ao marido, ao lar, enquanto o homem está no ambiente público vendendo sua força de trabalho. É a família em que as meninas serão educadas para serem boas mães, onde os meninos serão educados para estarem num ambiente público e dominar esse ambiente. Então, é desse tipo de família que nós estamos falando. E, junto a essa discussão, a gente tem a discussão sobre o armamento da população. Para quem serve esse armamento? A gente sabe que, quem quer se armar e quem vai ter acesso a armas tem cor e classe. Isso também se converge à manutenção da família nuclear burguesa. Porque, uma vez que a gente permite que essas pessoas tenham acesso a armas, mais lésbicas irão morrer, mais pessoas trans irão morrer. E, quem nos odeia terá fácil acesso ao nosso extermínio. Ao extermínio do que é diferente, e continuaremos a ser um dos países que mais mata pessoas LGBTQI+ no mundo.

Isso explica porque tantos direitos são negados as lésbicas. Porque a gente não é contemplada, não é útil para esse sistema. Porque a gente não reproduz essa lógica da família, da mulher como mantenedora do lar, das condições de vida... A gente foge a essa lógica.

Nesse sentido, como podemos em nosso cotidiano profissional, contribuir com práticas anti discriminatórias, de modo respeitarmos a diversidade humana da população usuária que atendemos? Como que a gente vai pensar esse atendimento, se a gente está incluída nesse sistema, se a gente vive esse sistema, apesar de lutarmos contra ele? Mas, ao mesmo tempo, estamos colaborando com a manutenção dele, né, uma vez que nossos usuários precisam estar inseridos no mercado de trabalho, vender sua força de trabalho. Então, como que a gente lida com essa contradição? Como que a gente constrói possibilidades, a partir dessa contradição entre capital e trabalho? A gente precisa pensar nisso.

Primeiro de tudo, eu acredito que ser assistente social é nunca perder de vista quais são os nossos compromissos éticos políticos. Cotidiano é duro, muitas vezes muito complicado. Ele tenta nos engessar, nos aprisionar àquela rotina de apagar incêndios. Mas, mesmo na correria do dia a dia a gente precisa refletir sobre o que estamos fazendo. Como estamos fazendo e onde queremos chegar.

A gente precisa se perguntar quem é usuário que está na nossa frente. Essa pessoa tem nome social? Esse nome é respeitado? As atividades que são ofertadas para elas são de acordo com que ela pensa sobre si mesma? Ou as atividades reforçam estigmas? Como que a gente está fazendo esse atendimento?

A gente precisa olhar para ela, essa usuária, e pensar nela como uma sujeita de direitos. E sempre pensar: quais os desafios que essa pessoa enfrenta no seu cotidiano? Quais os desafios que ela enfrenta no seu território? O que ela precisa enfrentar na sua família. Perguntar o que posso fazer a mais para além do que essa pessoa está me trazendo?

Ela tem demandas de saúde? E a escolarização? Ela tem vontade de voltar a estudar? Ela sente vergonha? Ela não sabe como fazer? Acredito que esse seja o principal e o princípio o respeito à população usuária, principalmente as mulheres lésbicas.

Para além disso, depois de perceber a usuária, olhar para ela, vê-la como uma pessoa, como alguém que constrói essa sociedade, junto com tantas outras, é preciso estar atualizada sobre tudo que essa população nos traz. Se eu estou inserida num território como profissional, esse lugar tem uma linguagem, tem locais de referência, tem fronteiras, tem códigos de circulação. E eu preciso estar atenta sobre esse universo, senão a minha tendência é produzir preconceitos. Porque eu vou medir a usuária para seu território a partir da minha visão de mundo e, com isso vou comprometer toda a minha prática profissional, rompendo com qualquer possibilidade de ampliação e consolidação da cidadania.

E o que eu quero dizer com isso? Eu falei sobre território, mas isso vale para qualquer grupo social. A gente não conhece tudo e nem vai conhecer, porque tudo é transitório, tudo muda muito rápido. Por isso, a importância da escuta. É preciso ouvir para entender. Em se tratando de visibilidade lésbica, a gente precisa estar atualizada, para entender que aquela mulher que vai ao CRAS com roupa socialmente atribuídas ao gênero masculino, enxerga o mundo de forma diferente daquela outra usuária que considera o acrígel na unha uma coisa importante na sua construção do seu corpo e da sua identidade. Essas duas pessoas vão ter passagens diferentes nos lugares quem que elas tentarão acessar. E, e a gente não pode perder isso de vista.

É importante ver a lesbianidade como uma possibilidade na vida das usuárias.

E quando a gente fala em garantia de direitos, nós estamos dizendo que o caminho da garantia de direitos eles só se abre quando estamos dispostas a nos abrir para ele também quando estamos dispostas ampliar direitos para quem quer que seja e esses direitos não saem da nossa cabeça. Eles partem do desejo das usuárias, quando elas expressam suas demandas. E, o princípio de tudo é que elas têm o direito a serem ouvidas e falarem sobre o que desejam para si.

Esse é o caminho da garantia de direitos, porque se não for dessa forma a gente não vai construir nada. A gente só constrói coletivamente, ouvindo nossos pares.

Eu dei o exemplo de um equipamento da política de assistência social, mas a gente precisa pensar no serviço de saúde, por exemplo. Se eu estou trabalhando numa unidade de saúde, com saúde sexual e reprodutiva, chega a mesma mulher com suas roupas e com seus gestos socialmente atribuídos ao gênero masculino, eu vou saber como tratar desse tema com ela? Eu sei qual é a orientação sexual dessa mulher? Eu estou disposta a ouvir o que ela tem a me dizer sobre as suas práticas sexuais? Mais que isso, eu estou preparada para ouvir, despida de qualquer preconceito, para entender e pensar uma intervenção que esta mulher e tantas outras que sejam como ela, se sintam respeitadas e acolhidas em suas demandas?

Um exemplo muito importante sobre essa exclusão de serviços é o atendimento ginecológico, que é uma das pautas de luta do movimento de lésbicas. Muitas lésbicas adoecem e morrem porque não conseguem tratamento adequado nos serviços de saúde.

Porque, quando chegam são violentadas, seus corpos são violados. Não são respeitadas nos exames que precisam fazer, porque não se questiona. Elas são tratadas como mulheres heterossexuais. Então, quem está ali oferecendo o serviço, a profissional, que está ali oferecendo esse serviço não se atenta para essas questões. Né? Dificilmente pergunta, até pergunta, qual é a orientação sexual dessa pessoa, e a trata como uma mulher heterossexual. Então, a pessoa vai se sentir confortável para retornar esse serviço? Não vai, e vai adoecer cada vez mais.

Porque, se a gente parte do princípio de que todos os serviços serão feitos a partir da heteronormatividade, que todas as políticas públicas devem contemplar a heteronormatividade, a gente vai excluir boa parte da população. Porque quando chegar uma mulher lésbica, de qualquer outra orientação sexual, a gente

não vai saber lidar com ela, o serviço não vai estar preparado para receber essa pessoa e isso é altamente excludente.

E essa falta de acesso aos serviços públicos, ela tem marcas históricas, ela tem marcas estruturais. A gente sabe que o racismo afasta a população negra dos serviços.

Quanto mais pobre, mais negro que a pessoa for, mais afastada dos serviços e menos acesso ela terá.

Imagine uma mulher negra e lésbica: qual acesso que ela vai ter? Quase nenhum. Por isso, também que é importante a gente pensar a interseccionalidade dos nossos atendimentos. Pensar a cor dessa pessoa, a classe dela, de onde essa mulher vem.... Qual é o território? Porque ela não tem acesso aos serviços, enquanto uma outra mulher terá?

Então, é muito importante a gente refletir sobre tudo isso que envolve a nossa população usuária.

E pensar tudo isso, é pensar a lesbianidade como possibilidade de existência. É garantir que as mulheres negras não estejam reféns do fetiche masculino, não estejam reféns dos lugares de subserviência impostos pela lógica capitalista. É pensar a lesbianidade como possibilidade, como construção coletiva, como equidade, como aliança entre mulheres. Tudo que o capital não suporta.

Porque, se nós estamos unidas, se nós não vemos as outras mulheres como rivais, a gente se apoia, a gente combate as violências.... Então, isso não é útil ao capital, porque a mulher precisa estar num lugar, como falei anteriormente, dessa reprodução social da vida, né? Então, se o capital não tem essa força de trabalho no lar subserviente, ele precisa investir em outras frentes para que ele mantenha a força de trabalho viva. Se não tem o trabalho da mulher quem vai fazer?

E as lésbicas fogem a essa lógica. Por isso tanto ódio às mulheres, né?

E no nosso dia a dia, né, no cotidiano? Na nossa prática, qual é a primeira regra para lidar com uma usuária lésbica, ou de qualquer outra orientação sexual? Não trate todas as usuárias como como mulheres heterossexuais. Não pergunte: você tem companheiro? Você pode substituir essa pergunta. Você pode

perguntar: você tem um relacionamento? Qual o nome das pessoas que moram com você? Qual é o grau parentesco, vínculo, que vocês têm?

Suspeitem que as usuárias possam ter um relacionamento com uma mulher. Das adolescentes até as mais idosas. Talvez seja a única possibilidade que aquela usuária de 80 anos tenha para falar sobre o desejo dela, que nunca pode ser revelado uma vida inteira.

E como nós estamos falando dessa parcela da população que não é útil ao capital, que pelo capital nós nem existiríamos, porque a gente não participa da reprodução da força de trabalho, como uma força de trabalho no ambiente doméstico para essa reprodução... A gente precisa garantir direitos, para nós e para nossa população.

E, como que a gente faz isso? Quais são os caminhos que a gente constrói até a garantia de direitos? Primeiro de tudo, ouvindo as mulheres lésbicas. Lendo o que elas estão produzindo. Tem muita mulher lésbica produzindo teoria, sobre lesbianidade, sobre trabalho, sobre saúde. A gente tem um trabalho maravilhoso que fala sobre violência lesbofóbica produzido pelas pesquisadoras Milena Carneiro, Sonia Felipe Soares e Maria Clara Dias que é o dossiê do lesbocídio, que faz um levantamento sobre as mortes motivadas por lesbofobia no Brasil.

Além do dossiê do lesbocídio, esse ano foi lançado o Lesbocenso Nacional, o primeiro censo nacional, exclusivo para mulheres lésbicas, que vai mapear quantas somos, como acessamos os serviços de saúde, educação, lazer, assistência social, moradia, as violências que sofremos, como nos defendemos delas... Como lidamos com lesbofobia no ambiente doméstico, no trabalho.. Enfim, tudo isso para mostrar que nós existimos e precisamos estar contempladas nas políticas públicas. Dayane Gusmão, que é uma assistente social, pesquisadora da memória, uma mulher preta e favelada da Maré, uma vez falou comigo, uma coisa comigo que eu nunca mais esqueci. Ela disse assim: não tem como ser assistente social e não estar envolvida em alguma luta.

E é verdade, porque senão a gente fica incompleta.

Se a gente está descolada de qualquer luta social, seja ela qualquer, né, uma luta por direitos, a gente perde a dimensão da realidade.

A gente tende a repetir, a reproduzir, a ter um cotidiano mecanizado, sem refletir realmente sobre o que a gente está fazendo, como a gente está fazendo, para quem a gente está fazendo.

Se a gente for analisar, o nosso trabalho com políticas públicas, ele só existe por conta do ativismo de pessoas militantes, de pessoas que lutaram por direitos sociais, e esses direitos estão sendo construídos ainda, né? A gente tem muita construir, mas os direitos que nós temos já consolidados, são fruto do ativismo.

Imagina a vida das mulheres lésbicas sem o ativismo, sem a luta dos movimentos de mulheres lésbicas? Então, a vida das mulheres não é nada sem a participação popular. Todas as vezes que a gente se organiza em coletivos, em redes, em ONGs, estamos marcando a nossa presença na sociedade, estamos nos tornando visíveis. E, como falei, essa visibilidade é importante para que a gente não pense que o público alvo de todas as políticas públicas são as mulheres heterossexuais.

Enfim, hoje falamos sobre visibilidade lésbica. Mas eu acredito que a minha fala sirva para a gente pensar sobre todas as questões que afetam as pessoas que estão à margem desse sistema, que só produz exclusão e morte.

Nós precisamos pensar nas pessoas de diferentes orientações sexuais e identidade de gênero, as pessoas com deficiência, as pessoas negras.... Como o racismo as afeta, a questão indígena e na luta por pertencimento a esse território que lhes foi usurpado.... Dos movimentos sociais de luta pela terra e pelo desenvolvimento da agricultura familiar, em substituição ao agronegócio... Enfim, são muitas questões para a gente pensar. E, o mais importante de tudo: é nunca deixar de pensar, refletir sobre o cotidiano, questionar o que está posto.

Então, assim eu me despeço, agradecendo esta oportunidade. Espero que tenham gostado. É um tema que eu gosto muito de falar, lesbianidade, que marcou a minha vida desde muito nova. Então, assim, eu me reconheço lésbica desde o início da adolescência. Então, estar nessa luta é muito importante para mim.

Espero que tenham gostado e agradeço muito essa oportunidade de poder falar sobre isso. Um abraço a todos e a todas e a todes.

(Vinheta de encerramento) O material desse podcast pode ser reproduzido integral ou parcialmente desde que sejam respeitados os créditos das autoras e autores e do próprio Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Produção: CRESS 7ª Região. Música tema, Rio Funk de Alex Native